

ISSN

working papers/textos para discussão
número 12 ▪ junho de 2015

Elites estatais e desenvolvimento no Brasil recente: os tipos de estratégia e seus agentes

Wellington Nunes (ufpr; nusp)



The Observatory of Social
and Political Elites of Brazil

Wellington Nunes é Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), doutorando em Sociologia pela mesma Universidade e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP/UFPR).

Resumo

O objetivo do paper é apresentar o desenho de uma pesquisa ainda em curso, bem como uma análise breve de dados preliminares. O objeto da pesquisa é o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil entre 2003-2010. A análise será balizada pela apreciação comparativa do objeto com o modelo neoliberal, adotado entre 1995 e 2002, e com um modelo “neodesenvolvimentista” defendido em parte importante do empresariado nacional e do meio acadêmico desde o início dos anos noventa. A hipótese a ser sustentada é que a presença de uma elite estatal subjetivamente orientada pode ajudar a explicar tanto o predomínio de uma estratégia de desenvolvimento de cunho neoliberal, entre 1995-2002, quanto de um “social-desenvolvimentismo”, entre 2003-2010. Na primeira seção apresentamos as linhas gerais da pesquisa; na seção seguinte, delineamos seu desenho metodológico. Por fim, na terceira seção analisamos, brevemente, dados preliminares.

Este texto é uma versão preliminar de um trabalho ainda em curso. Não citar sem autorização do autor, que pode ser contatado por e-mail:
gton_nunes@yahoo.com.br

Apresentação

Há duas proposições bastante influentes, na literatura que versa sobre grupos empresariais organizados enquanto atores na esfera política, quando o assunto é a adoção de uma estratégia de desenvolvimento de cunho neoliberal no Brasil dos anos 1990: de um lado, a proposição de um consenso empresarial em torno de uma “agenda neoliberal” nesse período (Diniz 1999; 2002; 2010; Diniz & Boschi 2003; 2004; 2007; Bresser-Pereira & Diniz 2009); de outro, a da ausência de uma estratégia nacional de desenvolvimento que pudesse servir como alternativa àquela que foi implementada (Bresser-Pereira 2006; Bresser-Pereira & Diniz 2009).

Um estudo de caso, realizado com o objetivo explícito de problematizar essas duas proposições, mostrou i) que havia no Brasil uma estratégia nacional de desenvolvimento (qualitativamente distinta tanto do “velho” desenvolvimentismo quanto da alternativa neoliberal) desde o início dos anos noventa; ii) que a implantação de uma estratégia de cunho neoliberal não foi respaldada por um consenso empresarial em torno dessa alternativa. A análise realizada com base nessas constatações sugere que a presença de uma elite estatal subjetivamente orientada pode ajudar a explicar por que um tipo de estratégia foi escolhido em detrimento de outro, naquele período (Nunes 2014).

Como se sabe, essa perspectiva teórica não é nova e remonta, muito provavelmente, ao clássico ensaio weberiano sobre a psicologia social das religiões mundiais. Nesse texto, o autor argumenta que, embora o espírito econômico assumido pelas religiões dependa (principalmente) de fontes propriamente religiosas, não depende exclusivamente delas, “mas também dos atributos das camadas socialmente disponíveis para assumirem a tarefa de elaborar a teoria dessas crenças e conduzir a sua aplicação prática” (Weber 1981 *apud* Perissinotto 2014, p. 60).

Desde então, essa perspectiva tem sido incorporada aos trabalhos de economistas, sociólogos e cientistas políticos preocupados com os “aspectos atitudinais” (Perissinotto 2014) do desenvolvimento. No caso da industrialização, por exemplo, aponta-se para a relevância da dimensão política do fenômeno (Gerschenkron 1976), isto é, da existência de uma postura (ou atitude) favorável ao processo industrializante (Hirschman 1964); o que, de uma forma ou de outra, orienta a discussão para a presença ou ausência de grupos sociais disponíveis para assumir a nova empreitada e sustentá-la politicamente (Bendix 1963); ou, nas palavras do próprio Weber (1981), para serem os “portadores sociais” (*träger*) da nova crença. O que os trabalhos dessa tradição teórica sugerem é que a presença de uma “elite estatal subjetivamente orientada” pode ajudar a explicar por que alguns países tiveram melhores desempenhos em processos de industrialização do que outros (Perissinotto; Costa; Nunes & Ilha 2014).

De nossa parte, acreditamos que os achados empíricos dessa tradição apontam, também, para uma questão mais geral: o papel central das elites

estatais na definição do tipo de estratégia de desenvolvimento a ser seguido em determinada sociedade e em determinado período. Dito de outro modo, julgamos que o comprometimento, por parte de determinados agentes estatais, com os valores norteadores de um tipo específico de estratégia de desenvolvimento pode ser um dos fatores determinantes de seu predomínio em dada conjuntura. Desta perspectiva, pode-se conduzir a análise, como sugere Atul Kohli, para além da discussão acerca das “capacidades estatais”¹ e ter-se em conta, também, os objetivos do Estado em questão: uma vez que esses objetivos não estão inscritos “naturalmente” em suas respectivas estruturas institucionais, mas originam-se em “escolhas conscientes” realizadas por “atores específicos” (Kohli 1999 *apud* Perissinotto 2014, p. 64).

Um dos objetivos da pesquisa que ora iniciamos é justamente testar essa interpretação a luz de um caso concreto: as mudanças no tipo de estratégia em um período recente do desenvolvimento nacional. Acreditamos que analisar as mudanças (se houve, a natureza e o seu sentido) no período imediatamente posterior ao analisado na pesquisa mencionada há pouco (i. e., entre 2003 e 2010) é uma oportunidade para tornar a referida interpretação mais robusta (se ela puder ser sustentada) ou de problematizá-la e/ou reformulá-la (em caso contrário). Outra justificativa a ser considerada é que o exame das semelhanças e diferenças dos dois modelos mais recentes de estratégia de desenvolvimento adotados no país, bem como a relação desses modelos com seus agentes implementadores, vai ao encontro da discussão acerca das possibilidades e dos limites para o atual momento do desenvolvimento nacional e daquilo que se convencionou chamar de “neodesenvolvimentismo”².

Desenho da pesquisa

Na referida empreitada, nosso objeto de estudos será o modelo de estratégia de desenvolvimento adotado no Brasil no período 2003-2010. Além disto, teremos como balizadores comparativos para a análise dois tipos de estratégia de desenvolvimento: aquele defendido pelo IEDI e por boa parte do meio acadêmico desde o início dos anos noventa³; e o neoliberal, adotado entre 1995-2002. Pensamos nesses dois modelos como extremos de um *continuum* no

¹ Sobre este assunto ver, entre outros, Evans (1993; 1995); Kahler (1990); Haggard & Kaufman (1992).

² Esta discussão, via de regra, tem sido conduzida em torno das medidas econômicas mais ou menos adequadas de uma estratégia promotora do desenvolvimento, mas não se discute quais os “grupos sociais” disponíveis para implementá-la. Ver, por exemplo, Carneiro (2012) Bielschowsky (2012).

³ Este modelo coincide, em boa medida, com aquilo que, na última década, vem sendo chamado de “novo-desenvolvimentismo” (Bresser-Pereira & Nakano 2002; 2003; 2004; Bresser-Pereira 2006; Sicsú; Paula & Michel 2005; 2007). Como nossa pesquisa mostrou, esse tipo de estratégia de desenvolvimento é defendido pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e em parte importante do meio acadêmico, desde o início dos anos noventa (Nunes 2014).

qual, com base na análise do período, poderemos situar o modelo que foi efetivamente implementado entre 2003 e 2010.

Desta forma, teremos condições de verificar, comparativamente, i) se houve mudanças no tipo de estratégia adotado e ii) a natureza e o sentido das mesmas. A estratégia analítica aqui será descrever (cap. 2 da tese)⁴ o modelo de estratégia de desenvolvimento efetivamente adotado no período com base em três tipos de indicadores: macroeconômicos; de política industrial e comércio exterior; e indicadores sociais. Em seguida, comparar (cap. 3) esse modelo com aqueles outros que utilizaremos como balizadores analíticos e que mencionamos há pouco.

Uma vez constatada a mudança, o passo seguinte passa a ser explicá-la. Neste sentido, o problema teórico no qual se insere a pesquisa é, de maneira genérica, o papel do Estado em processos de desenvolvimento. De maneira mais específica, a questão que nos orienta, como já adiantamos, é se a “presença de uma elite subjetivamente orientada” (Perissinotto et. al., op. cit.; Nunes 2014) pode ajudar a explicar a escolha do tipo de estratégia de desenvolvimento a ser seguido em determinado contexto. A resposta provisória a essa questão é que, sim, a “presença de uma elite subjetivamente orientada” ajuda a explicar por que determinados modelos de desenvolvimento são escolhidos em detrimento de outros, em dada conjuntura.

Portanto, a análise do tipo de estratégia de desenvolvimento que vigorou no Brasil no período 2003-2010 tem dois objetivos claros: i) verificar se houve mudança no modelo de estratégia adotado (em relação ao período imediatamente anterior 1995-2002) e, se sim, que tipo de mudança foi essa; ii) investigar se as eventuais mudanças podem ser relacionadas ao tipo de estratégia defendido pela elite à frente do Estado no período em análise.

A hipótese sustentada é que, sim, as mudanças no tipo de estratégia de desenvolvimento, no período 2003-2010, podem ser explicadas, em boa medida, por “escolhas conscientes” realizadas por “atores específicos” (Kohli 1999, op. cit.)⁵. Se a mesma puder ser comprovada, teremos evidências mais robustas acerca do papel fundamental desempenhado pelas elites estatais não apenas em processos de industrialização, como sugere uma extensa literatura, mas também em outros processos de definição do tipo de estratégia de desenvolvimento a ser seguido em dada sociedade. Nesses casos, acreditamos, ficam caracterizados

⁴ O primeiro capítulo deverá recuperar brevemente (a título de contextualização) a tradição histórico-comparativa na qual o trabalho irá se inserir – desde o clássico ensaio weberiano sobre as religiões mundiais, já citado, até a discussão recente acerca do conceito de “Estado Desenvolvimentista”.

⁵ Assim como aquelas ocorridas no período 1995-2002 (Calabrez 2013; Nunes 2014).

aqueles momentos históricos de grandes transformações (Evans 1993; 1995) nos quais, ainda de acordo com o autor, o Estado é o protagonista⁶.

Do ponto de vista metodológico, como já foi sugerido, a pesquisa conjugará dois procedimentos distintos. De um lado, um estudo de caso concernente ao modelo de estratégia de desenvolvimento adotado no período 2003-2010. De outro, faremos uso do procedimento histórico-comparativo (em relação ao período imediatamente anterior 1995-2002) tanto para verificar as mudanças por nós postuladas entre os tipos de estratégia adotados nos dois períodos quanto para tentar mostrar que essas diferenças podem ser relacionadas às escolhas daqueles agentes que as implementaram (Cap. 4).

No que se refere às fontes, serão utilizados quatro tipos: documentais, biográficas, bibliográficas e estatísticas (indicadores oficiais sobre o período). O capítulo que descreverá o modelo de estratégia de desenvolvimento adotado no período em análise terá como base, além de indicadores macroeconômicos e sociais, os documentos oficiais dos programas de política industrial e comércio exterior implementados no período. Já o capítulo dedicado a situar comparativamente esse tipo de estratégia, entre aquele implementado no período imediatamente anterior (1995-2002) e aquele de cunho mais desenvolvimentista (defendido pelo IEDI e por parte do meio acadêmico desde o início dos anos noventa), terá como fontes, além dos indicadores descritivos do período 2003-2010, a pesquisa que realizamos para o período 1995-2002, já citada, e a discussão bibliográfica atualizada acerca do “novo-desenvolvimentismo”⁷.

Quanto aos tipos de estratégias de desenvolvimento escolhidos pelas elites que ocuparam o Estado nos dois períodos, uma parte do trabalho também já foi realizado na pesquisa mencionada há pouco: o tipo de estratégia escolhido por aqueles agentes que formularam e implementaram o Plano Real. Quanto ao período subsequente, a análise se baseará em uma série de documentos oficiais, produzidos por ministérios e outros órgãos do alto escalão do governo federal, para apontar as principais diretrizes da estratégia de desenvolvimento (formulada e efetivamente implementada) no período.

Evidências e análise preliminares

Conforme já mencionado, três tipos de indicadores serão utilizados para verificar as mudanças qualitativas no tipo de estratégia de desenvolvimento adotado no período 2003-2010: indicadores macroeconômicos; de política

⁶ Não se trata de voluntarizar a História – evidentemente há limites importantes a serem considerados – mas de se ter em conta o papel desempenhado pelos agentes estatais em processos de desenvolvimento.

⁷ Por ser um interlocutor relevante nessa discussão – inclusive com algumas de suas pesquisas sendo utilizadas como fonte de dados para artigos recentes na literatura pertinente – os documentos analíticos produzidos, no período, pelo IEDI também serão uma fonte útil.

industrial e comércio exterior; e indicadores sociais. A justificativa para a escolha dos dois primeiros tipos encontra-se no conteúdo das demandas tanto daqueles que já defendiam mudanças no tipo de estratégia de desenvolvimento desde o início dos anos noventa, quanto daqueles que defendem o chamado “novo-desenvolvimentismo”.

Essa corrente propõe uma estratégia de desenvolvimento do tipo *export-led*, “na qual a promoção de exportações de produtos manufaturados induz a aceleração do ritmo de acumulação de capital e de introdução de progresso tecnológico na economia” (Oreiro 2011) Para que isso seja possível, a principal medida em termos de política econômica seria reverter a tendência, em economias em desenvolvimento, “à sobreapreciação da taxa de câmbio” (Bresser-Pereira 2009). A política industrial, por sua vez, deve fornecer apoio temporário às empresas exportadoras até que as mesmas se tornem capazes de competir internacionalmente, inclusive, em ramos intensivos em tecnologia (Bresser-Pereira 2012); além de fornecer as infraestruturas necessárias para que a competitividade internacional das empresas possa se desenvolver (Sicsú; Paula & Michel 2007).

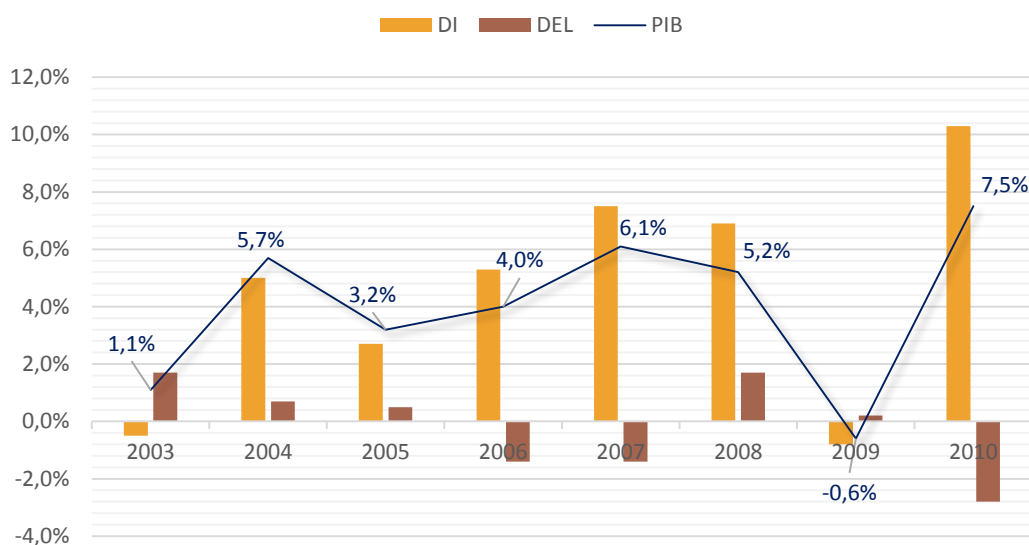
Já os indicadores sociais se justificam por serem, reconhecidamente, um dos pilares do modelo implementado no período 2003-2010: o “social-desenvolvimentismo”⁸. Apesar de a alcunha ser mais recente, o “núcleo duro” da estratégia já estava presente no programa de governo vencedor das eleições de 2002: um modelo centrado no potencial do mercado interno e na intervenção estatal para explorá-lo, isto é, para influenciar na distribuição de renda e na alocação de recursos⁹. De acordo com Bielschowsk (2001), essa estratégia poderia ser sintetizada em termos de ampliação e generalização do consumo de massas (*apud* Carneiro 2012, p. 774).

O gráfico 1 mostra como, de fato, o desempenho do PIB, para o período 2003-2010, é diretamente proporcional à curva da Demanda Interna (DI), ao mesmo tempo em que parece pouco influenciado pela da Demanda Externa Líquida (DEL – exportações menos importações). Essa relação positiva entre desempenho do PIB e crescimento da demanda interna, ao que tudo indica, não é fruto do acaso, mas de intensa intervenção estatal com o objetivo explícito de diminuir a vulnerabilidade externa da economia (Ver nota 7). Para tanto, o Estado interveio, sistematicamente, na distribuição de renda e na alocação de recursos no período em análise.

⁸ De acordo com Bastos (2012), o então ministro da Fazenda Guido Mantega inaugurou a utilização do termo em várias declarações entre agosto e dezembro de 2007.

⁹ No programa se lê: “[...] O motor básico do sistema é a ampliação do emprego e da renda *per capita*, e conseqüentemente da massa salarial que conformará o assim chamado mercado interno de massas. O crescimento sustentado a médio e longo prazo resultará da ampliação dos investimentos na infraestrutura econômica e social e nos setores capazes de reduzir a vulnerabilidade externa, junto com políticas de distribuição de renda” (Silva 2002, p. 34).

Gráfico 1. Taxa de crescimento do PIB no Brasil e oscilação da Demanda Interna (DI) e da Demanda Externa Líquida (DEL – exportações menos importações) nos governos Lula da Silva (2003-2010)



Fonte: elaboração do autor com base em dados do IBGE *apud* Ministério da Fazenda (2011).

Medidas como a expansão do programa Bolsa Família para 11 milhões de famílias, quase triplicando sua abrangência (Fonseca *et. al.* 2013), e a valorização sistemática do salário mínimo (57,3% entre 2002 e 2010) produziram diferenças substanciais na estratificação social brasileira. A participação da classe C na pirâmide social entre 2003 e 2009 aumentou de 37 para 50%, ao passo que a das classes D e E somadas diminuiu de 56 para 39%. Por sua vez, o coeficiente Gini (que mede a desigualdade da renda pessoal), entre 2002 e 2009, sofreu uma redução de 8,5% (saindo 0,59 para 0,54). Na mesma direção aponta o indicador de pobreza da FGV¹⁰ que apresentou uma redução de 45,6%: saindo de 28,1%, em 2003, para 15,3%, em 2009 (Ministério de Fazenda 2011, p. 36-40).

Não obstante as mudanças mencionadas acima, há na literatura uma controvérsia acerca do tipo de estratégia adotado durante os governos Lula, por conta (principalmente) da manutenção, durante esse período, do modelo macroeconômico do segundo governo Cardoso. Antes de delinear esse debate, vejamos o comportamento dos dois principais indicadores macroeconômicos num período e noutro. Os gráficos 2 e 3 mostram a trajetória da taxa Selic (indicador da taxa básica de juros) e da taxa de câmbio¹¹ para os períodos 1996-2002 e 2003-2010, respectivamente.

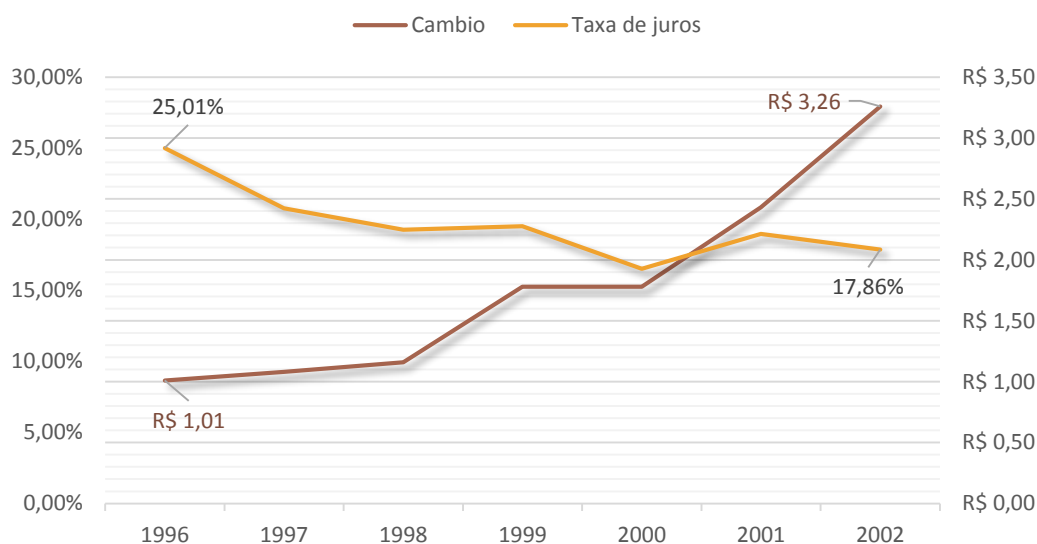
Quanto ao primeiro desses indicadores, o gráfico 2 mostra que, embora a taxa de juros apresente uma ligeira tendência de queda para o período (1996-

¹⁰ Indivíduos na pobreza, de acordo com esse índice, são os pertencentes à classe E (renda familiar total < R\$ 705 a preços de 2009).

¹¹ Taxa de câmbio R\$/ \$ americano (valor de venda).

2002), a mesma manteve-se em patamares muito elevados: variando entre 25,01% (1996) e 17,86% (2002)¹².

Gráfico 2. Trajetória da taxa básica de juros e da taxa de câmbio durante os governos Cardoso (1996-2002)



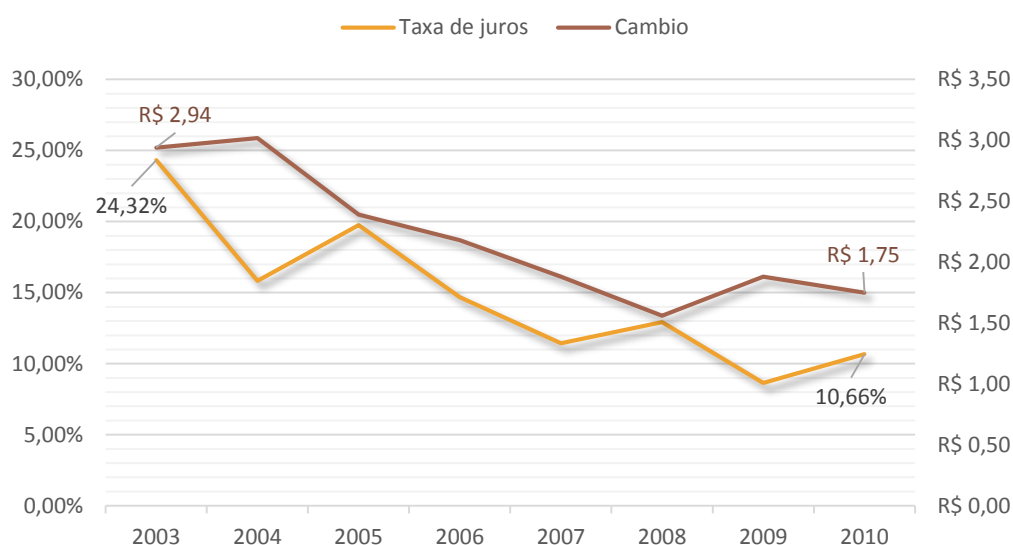
Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Banco Central do Brasil.

Já para o período 2003-2010 (gráfico 3), o mesmo indicador apresenta uma tendência de queda muito mais acentuada: embora a série parta de um patamar elevado em 2003 (24,32%), atinge 10,66% em 2010, logo após ter alcançado 8,65% em 2009.

O câmbio, por sua vez, não apresentou diferenças tão claras. Na verdade, se tivermos em mente os estereótipos do predomínio de uma estratégia de cunho “neoliberal”, no primeiro período, e de um “neodesenvolvimentismo”, no segundo, as trajetórias cambiais são o inverso daquilo que se esperaria, para os dois casos. Grosso modo, a expectativa é que em estratégias de desenvolvimento de cunho neoliberal, além da manutenção das taxas de juros em patamares muito elevados, o câmbio se mantenha sobrevalorizado (o que, para o período 1996-2002, deixou de ocorrer a partir de 1999). Por outro lado, em estratégias de tipo, na falta de termo melhor, “neodesenvolvimentista” espera-se que, além da manutenção das taxas de juros em patamares mais baixos (o gráfico 3 mostra uma queda acentuada desse indicador para o período 2003-2010), o câmbio se mantenha desvalorizado (algo que não ocorreu no período em análise).

¹² A série inicia-se em 1996 porque o Comitê de Política Monetária (COPOM) foi constituído em junho de 1996, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política econômica e definir a taxa básica de juros (BACEN). Portanto, o indicador em questão (taxa Selic) passou a existir a partir de julho de 1996.

Gráfico 3. Trajetória da taxa básica de juros e da taxa de câmbio durante os governos Lula da Silva (2003-2010)



Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Banco Central do Brasil.

Quanto ao período 1996-2002, não há dúvida de que a tendência à desvalorização do câmbio, fortemente acentuada a partir de 1999, está intimamente relacionada com o abandono do sistema de âncora cambial (câmbio fixo), ocorrida em janeiro daquele ano. Desde então, a sobrevalorização monetária (mantida artificialmente pela equipe econômica do Plano Real) não pôde mais ser sustentada, e a adoção de um sistema de câmbio flutuante provocou (como havia de se esperar) uma desvalorização brusca e acentuada da moeda (Filgueiras 2006). Já no período subsequente, a questão é mais controversa. Como dissemos anteriormente, há um debate na literatura pertinente acerca de como pode ser caracterizado o período 2003-2010, em termos de estratégia de desenvolvimento.

Uma parte da literatura se apoia na manutenção, durante os governos Lula, do “tripé macroeconômico” do segundo governo Cardoso (câmbio sobrevalorizado, juros altos e metas de inflação) para sustentar uma continuidade em termos de política econômica no período 2003-2010 (Belluzzo & Carneiro 2003; Carneiro 2003; Sicsú 2003). Nessa seara, alguns autores são mais incisivos e sustentam que, ao dar prioridade para o combate à inflação, o governo Lula seguia a cartilha ortodoxa (Paulani 2003), cuja política econômica, mais comprometida com a valorização financeira do que com o crescimento e a distribuição de renda, não apenas continua, mas aprofunda a “herança maldita” dos governos FHC (Paulani 2005; Paulani & Pato 2003; 2007). Tributárias dessa perspectiva, de forma mais ou menos explícita, são as alcunhas de “social-

liberalismo” (Borges Neto 2005) e “nacional-desenvolvimentismo às avessas” (Gonçalves 2012), também utilizadas para caracterizar o período.

Por seu turno, outra parte da literatura e o próprio discurso oficial, ressaltam as altas taxas de crescimento apresentadas no período (em comparação aos oito anos anteriores), a rápida superação da crise financeira de 2008 e as mudanças na condução da economia (em relação aos governos das décadas de 1980 e 1990) para sugerir que estaria de volta o desenvolvimentismo brasileiro (Belluzzo 2009; Novy 2009; Cervo 2009; Cardoso Jr. 2011). Este ponto de vista é corroborado por aqueles que enxergam a mudança de rumos de forma pessimista, lamentando o abandono do padrão ortodoxo de condução da economia em virtude de ímpetos distributivistas e tendências desenvolvimentistas (Pinheiro & Giambiagi 2006).

Essas duas correntes de pensamento estão no cerne da querela (entre aqueles que se consideram desenvolvimentistas) sobre o tipo de estratégia de desenvolvimento a ser seguido no Brasil, após a crise do modelo neoliberal: “social-desenvolvimentismo” ou “novo-desenvolvimentismo”? De um lado e de outro, via de regra, as controvérsias se dão no nível econômico, isto é, acerca de quais as medidas mais ou menos apropriadas (juros, câmbio, modelos de política industrial e de comércio exterior, etc.) à promoção do desenvolvimento. Quando vão além desses aspectos, os dois lados da contenda limitam-se a falar em condições políticas e institucionais adequadas.

A pesquisa aqui delineada pretende enfatizar os aspectos políticos do desenvolvimento. Não se trata, evidentemente, de subavaliar os seus condicionantes econômicos: acreditamos que o êxito de estratégias de desenvolvimento depende em boa medida (se não principalmente) da definição correta e do bom desempenho de fatores econômicos. No entanto, ao escolhermos analisar os aspectos políticos desses processos, estamos nos referindo a considerar o papel exercido pelas elites estatais na definição e na execução do tipo de estratégia a ser seguido.

Trata-se, portanto, não apenas de analisar as “capacidades estatais” e as ferramentas econômicas mais ou menos adequadas à consecução de determinados fins, mas de ter-se em conta também (como dissemos no início) os objetivos do Estado em questão: uma vez que esses objetivos não estão inscritos “naturalmente” em suas respectivas estruturas institucionais, mas originam-se em “escolhas conscientes” realizadas por “atores específicos” (Kohli, op. cit.).

É nesse sentido que acreditamos ser possível relacionar as duas mudanças mais recentes, em termos de estratégia de desenvolvimento no Brasil (os modelos implementados nos períodos 1995-2002 e 2003-2010), às “escolhas conscientes” das respectivas elites que estiveram à frente do Estado nesses períodos. Se esta hipótese puder ser comprovada, em termos de modelos de desenvolvimento, poderemos sustentar que, grosso modo, tanto o “neoliberal” quanto o “social-desenvolvimentista” estavam no horizonte de objetivos daqueles agentes que

formularam e implementaram essas estratégias¹³. Evidentemente, não se trata de atribuir um voluntarismo excessivo à história (já que se faz necessário ter em conta que variáveis contextuais apresentam limites importantes), mas de considerar, seriamente, o papel que pode ser exercido pela presença de uma “elite estatal subjetivamente orientada” (Perissinotto *et. al.* 2014, op. cit.)

Por fim, essa discussão tem, a nosso ver, implicações incontornáveis na discussão sobre um suposto retorno ao desenvolvimentismo. Seja qual for o prefixo utilizado (“novo”, “neo”, “social”, etc.), tornar “factível o que estruturalmente é apenas possível” (Cardoso & Faletto 1984, p. 143) passa, acreditamos, por discutir os “grupos sociais” disponíveis para assumir a empreitada (Weber 1981; Bendix 1963). Dito de outro modo, antes de insistir em controvérsias acerca das características mais ou menos adequadas a uma estratégia desenvolvimentista, talvez seja mais produtivo discutir a presença ou ausência de um “Estado Desenvolvimentista”¹⁴ (Johnson 1982), isto é, “questionar-se sobre a existência ou não de um grupo disposto a encarnar um projeto de desenvolvimento industrial e de construir uma ‘coalizão desenvolvimentista’ capaz de levá-lo adiante” (Perissinotto 2014, p. 72. Entre aspas no original).

Referências

- ADELMAN, I., 2000. Fifty years of economic development: what have we learned? *Conferência Anual sobre Desenvolvimento*, Banco Mundial.
- BASTOS, P. P. Z., 2012. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, v. 21, número especial, p. 779-810.
- Bendix, R., 1963. Concepts and Generalizations in Comparative Sociological Studies. *American Sociological Review*, 28, pp. 532-539.
- BIELSCHOWSKY, R., 2001. *Anotações sobre a estratégia de crescimento pelo mercado interno de consumo popular e o programa do PT para 2003-2006*. São Paulo: Instituto da Cidadania.Mimeo.
- BRESSER-PEREIRA, L. C., 2006. O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional. *São Paulo em Perspectiva*, 20(1): 2006. p. 5-24.
- BRESSER-PEREIRA, L. C., 2009. A tendência à sobre apreciação da taxa de câmbio. *Econômica*, v. 11, n. 1, p. 7-30.

¹³ A comprovação dessa hipótese também ajuda a explicar por que uma estratégia nacional de desenvolvimento do tipo *export-led* (como o “novo-desenvolvimentismo”), embora bastante sistematizada e com representantes de peso tanto no meio empresarial quanto no setor acadêmico, vem sendo sistematicamente derrotada desde o início dos anos noventa.

¹⁴ Sobre este assunto ver Woo-Cumings (1999).

- BRESSER-PEREIRA, L. C., 2012. Economia do desenvolvimento. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, Luiz Carlos (Org.). *Desenvolvimento econômico e crise – ensaios em comemoração aos oitenta anos de Maria da Conceição Tavares*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. & DINIZ, E., 2009. Empresariado Industrial, democracia e poder político. *Novos Estudos/CEBRAP*, n. 84, p. 83-99.
- CARDOSO, F. H. e FALETTO, E., 1984. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- CARDOSO Jr., J. C., 2011. *Para a Reconstrução do Desenvolvimento no Brasil; eixos estratégicos e diretrizes de política*. São Paulo: HUCITEC.
- CERVO, A. L., 2009. A construção do modelo industrialista brasileiro. *Diplomacia Estratégia Política*, n.10, p. 75-87.
- DINIZ, E., 1999. Globalização, elites empresariais e democracia no Brasil dos anos 90. *Ensaio FEE*, v. 20, n. 01, p. 155-178.
- DINIZ, E., 2002. Empresariado e estratégias de desenvolvimento. *Lua Nova*, n. 55- 56, p. 241-262.
- DINIZ, E.; BOSCHI, R., 2003. Empresariado e estratégias de desenvolvimento. *RBCS*, v. 18, n. 52, p. 15-33.
- DINIZ, E.; BOSCHI, R., 2007. *A difícil rota do desenvolvimento: empresários e a agenda pós-neoliberal*. Belo Horizonte: UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- EVANS, P., 1993. O estado como problema e solução. *Revista Lua Nova*, n. 28-29.
- EVANS, P., 1995. *Embedded Autonomy. States and Industrial Transformation*. Princeton: Princeton University Press.
- FILGUEIRAS, L., 2006. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo.
- FONSECA, P., CUNHA, A.; BICHARA, J., 2013. O Brasil na era Lula: retorno ao Desenvolvimentismo? *Nova economia*, 23 (2), p. 403-428.
- GERSCHENKRON, A., 1976 [1962]. *Economic Backwardness in Historical Perspective. A Book of Essays*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- GONÇALVES, R., 2012 Governo Lula e o Nacional-Desenvolvimentismo às Avessas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 31, fev.
- HAGGARD, S.; KAUFMAN, R., 1993. O estado no início e na consolidação da reforma orientada para o mercado. In: SOLA, Lourdes (Org.). *Estado, mercado e democracia: política e economia comparadas*. Rio de Janeiro: Paz e terra, p. 391-421.

- HIRSCHMANN, A. O., 1964. [1958]. *The Strategy of Economic Development*. New Haven: Yale University Press
- JOHNSON, C., 1982. *MITI and the Japanese Miracle. The Growth of Industrial Policy, 1925-1975*. Stanford: Stanford University Press.
- KOHLI, A., 1999. Where Do High-Growth Political Economies Come From? The Japanese lineage of Korea's 'Developmental State'. In M. Woo-Cumings, ed. *The Developmental State*. Ithaca/London: Cornell University Press.
- NOVY, A., 2009. O retorno do Estado desenvolvimentista no Brasil. *Indicadores Econômicos FEE*, v.36, n.4, p.121-128.
- NUNES, W., 2014. *Uma estratégia nacional de desenvolvimento no Brasil dos anos noventa: o caso do IEDI*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- OREIRO, J. L., 2011. É o novo-desenvolvimentismo? *Valor Econômico*, 27 out.
- OREIRO, J. L.; PAULA, L. F., 2010. Novo-desenvolvimentismo e a agenda de reformas macroeconômicas para o crescimento sustentado com estabilidade de preços e equidade social. *Economia & Tecnologia*, v. 20, p. 05-20.
- PAULANI, L., 2003. Brasil Delivery: Razões, Contradições e Limites da Política Econômica dos Primeiros Seis Meses do governo Lula”, in Paula, J. A de. *A Economia Política da Mudança*. Belo Horizonte: Autêntica.
- PAULANI, L., 2007. The Real Meaning of the Economic Policy of Lula's Government. In: ARESTIS, P., SAAD-FILHO, A. (Editors). *Political Economy of Brazil: Recent Economic Performance*. Palgrave Macmillan, 2007.
- PERISSINOTTO, R., 2014. O conceito de Estado Desenvolvimentista e sua utilidade para os casos brasileiro e argentino. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, p. 52, p. 59-75.
- PERISSINOTO, R. M.; COSTA, P. R. N.; NUNES, W.; ILHA, A., 2014. Elites estatais e Industrialização: ensaio de comparação entre Brasil, Argentina e México (1920-1970). *Revista de Economia e Política*, v. 34, n. 3(136), p. 503-519.
- PINHEIRO, A. C. GIAMBIAGI, F., 2006. *Rompendo o Marasmo; a retomada do desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus.
- SICSÚ, J., PAULA, L. F. de, e MICHEL, R., 2005. *Novo-Desenvolvimentismo: um Projeto Nacional de Crescimento com Justiça Social*. Barueri-SP, Manoele e Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- SICSÚ, J, PAULA, L.F.; MICHEL, R., 2007. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 27, n. 4.
- SILVA, L. I. L., 2002. *Programa de Governo: Coligação Lula Presidente. Um Brasil para todos: crescimento, emprego e inclusão social*. (PDF).

WEBER, M., 1981. The Social Psychology of the World Religions. In H.H. Gerth; C. Wright Mills, eds. *Essays in Sociology*. Oxford: Oxford University Press.

WOO-CUMINGS, M., 1999. Introduction: Chalmers Johnson and the Politics of nationalism and Development. In _____, ed. *The Developmental State*. Ithaca/London: Cornell University Press.

como citar:

Nunes, Wellington. Elites estatais e desenvolvimento no Brasil recente: os tipos de estratégia e seus agentes. **working papers/textos para discussão. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, n. 12, junho 2015. p. 1-19. ISSN



Copyright© 2015
observatory of social and political elites of brazil
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

working papers series/coleção textos para discussão

editores: Adriano Codato (ufpr); Wellington Nunes (ufpr)
comitê editorial: Bruno Bolghesi (unila); Bruno Speck (usp); Cláudio Gonçalves Couto (fgv-sp); Débora Messenberg (unb); Emerson Cervi (ufpr); Ernesto Seidl (ufsc); Flávio Heinz (puc-rs); Frederico Almeida (unicamp); Lucas Massimo (ufpr); Luiz Domingos Costa (uninter/ufpr); Maria Teresa Kerbauy (unesp); Paulo Roberto Neves Costa (ufpr); Pedro Floriano Ribeiro (ufscar); Renato Monseff Perissinotto (ufpr); Samira Kauchakje (puc-pr)

observatório de elites políticas e sociais do brasil

universidade federal do paraná – ufpr
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira – nusp
rua general carneiro, 460 sala 904
80060-150, curitiba – pr – brasil
Tel. + 55 (41)33605098 | Fax + 55 (41)33605093

E-mail: uelites@gmail.com ▪ URL: <http://observatory-elites.org/>

One of the purposes of the observatory of elites is to condense knowledge and aggregate scholars in this field of study in Brazil through the sharing of information.

Rights and Permissions

All rights reserved.

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.
Reproductions for commercial purposes are forbidden.

The **observatory of brazilian political and social elites** disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly. The findings, interpretations, and conclusions that they express are those of the authors and not necessarily those of the **observatory of brazilian political and social elites**.

Working Papers are available online at <http://observatory-elites.org/working-paper-series/> and subscriptions can be requested by email to uelites@gmail.com.

ISSN